



NOTA TEMÁTICA

Governança e Patrimônio Cultural

Hanessa Eleutheriou ^(**)

A gestão de uma região inteligente é feita através de um conjunto de parcerias e ações de cooperação entre instituições governamentais, empresas, ONGs e os próprios cidadãos. Há vários canais de comunicação entre esses atores, e muitas ações são executadas a partir da colaboração entre governo e sociedade. A proposta da Governança Inteligente, tanto para a Governança Pública quanto para a Governança Corporativa, é justamente utilizar as TICs para interligar os setores público, privado e a sociedade de modo a tornar a cidade mais eficiente e melhor para se viver.

Nesse contexto e de acordo com a experiência nos outros workshops, as dimensões de Governança e de Patrimônio Cultural se mostraram amplamente interligadas.

A transparência do governo municipal soteropolitano, mais precisamente a do poder executivo, foi avaliada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2015 e ficou na 30.^a posição nacional com a nota 6,67 (máximo de 10) e entre as capitais a posição foi a 14.^a. Segundo a Escala Brasil Transparente (EBT) da CGU, que foca na Lei de Acesso à Informação, foram parcialmente atendidos os critérios sobre o prazo de envio de informações e a correspondência entre o pedido e o enviado, os outros oito critérios foram atendidos. Em outro índice, a prefeitura ficou com 38,08 (máximo de 100) ao lado de outras 14 capitais no nível baixo de transparência da pesquisa Indicadores da Cidade Transparente. Esta foi elaborada por diversas organizações não-governamentais divulgada em setembro de 2015 após avaliação das prefeituras das capitais e do governo do Distrito Federal, que classificou a prefeitura soteropolitana em 14.^o lugar, dos 27 avaliados, e abaixo da média de 41,78 pontos. E pelo Índice de Transparência, em 2014, a posição registrada foi a 13.^a entre as 26 capitais. Geralmente, soluções para a governança já existem pontualmente, mas não conversam entre si, não são acessíveis a uma quantidade notória de pessoas ou não conseguiram muitos adeptos. Cabe ao GT (grupo de trabalho) no workshop entender como se desenvolvem essas questões na cidade trabalhada, Salvador.

Hoje, é possível observar grande interesse da população nas cidades em ter acesso aos dados da cidade, principalmente através de mobilizações em redes sociais que muitas vezes se transformam em passeatas e protestos no mundo offline.

Dentro do tema Internet e Pessoas, podemos pensar por exemplo no e-Government (governo eletrônico) como um dos pilares da participação governamental nesta dimensão. E-Government consiste na digitalização da administração pública através da gestão de documentos e procedimentos através de TICs com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho e oferecer novos e melhores serviços aos cidadãos.

Indo além, é possível buscar em apps e outros meios eletrônicos além do e-government soluções que aumentem a transparência do governo e de seus processos burocráticos, melhorando a comunicação entre os três setores; e também entre grupos internos; que impulsionem a participação e o engajamento das pessoas na vida política da cidade de maneira geral - enfim, estimulando que os cidadãos ajudem a identificar os problemas da sociedade e apontar soluções, e fazendo sua voz ser ativamente ouvida no setor governamental; em alguns casos, tomando a própria frente na resolução de questões que não dependam do governo.



(*) A leitura de bordo é um documento minimamente editorado, por razões de eficiência de divulgação. Destina-se a um público estritamente interno ao Movimento CHIS.

Obs: Versão Eletrônica em CHIS.POP-BA.RNP.BR

() Pesquisadora do AgoraLab/UFSC**

